



## MAIS DEFENSORIA, MAIS DIREITOS

Em maio de 2021, completam-se **10 anos** da criação da Defensoria Pública no Estado do Paraná, através da regulamentação dada pela Lei Complementar Estadual 136/2011. A instituição da Defensoria Pública nesse modelo foi importante passo para o **avanço do acesso à justiça** e essa conquista só foi possível graças à ampla mobilização da sociedade civil, inclusive movimentos sociais, universidades, estudantes e apoiadores(as) nos órgãos públicos e no Poder Legislativo.

O **Estado do Paraná** foi o **penúltimo** no país a dar cumprimento à previsão constitucional e criar efetivamente **uma Defensoria Pública** para proteger e promover os direitos dos que necessitam, com qualidade e gratuidade.

Desde então, a Defensoria Pública do Estado do Paraná tem desempenhado sua missão tanto nos **casos individuais** das mais diversas naturezas (exemplo são as áreas de família, infância, execução penal, entre outras) quanto nas **causas coletivas** pelos direitos humanos, sendo, portanto, a instituição no sistema de justiça mais próxima da população e de suas necessidades urgentes.

Apesar disso, a Defensoria Pública continua a ter **baixíssimo orçamento**, o que configura um enorme desafio para que possa atender a todos(as) os(as) paranaenses, onde quer que morem. Como resultado, das **161 comarcas existentes no Estado**, apenas **18 são atualmente cobertas pela Defensoria Pública**. Mesmo nessas sedes, nem todos os temas são atendidos, devido à limitação de estrutura e de pessoal.

Uma década depois, o Estado do Paraná conta com pouco mais de **100 Defensores(as) Públicos(as) e 255 servidores(as) em atividade**, número muito menor do que a demanda, que seria de 900 Defensores(as), segundo planejamento de 2013. Proporcionalmente, esse número significa que temos apenas **um Defensor(a) Público(a) para cerca de 106 mil habitantes**, colocando o Paraná como o **estado mais deficitário do Brasil** na abrangência da Defensoria Pública e, em consequência, também no acesso à justiça.

Assim, o cenário é preocupante, sobretudo quando considerada a determinação **do art. 98** do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que, após a Emenda Constitucional 80/2014, **previu que até 2022 todas as unidades jurisdicionais deveriam**

**contar com atendimento da Defensoria Pública**, horizonte longe de se concretizar no Estado do Paraná. Estamos, portanto, diante de um estado de coisas inconstitucional, que deixa grande parte da população sem possibilidade de garantia de seus direitos, pois não tem condições de recorrer à advocacia privada.

Vale apontar também que a estrutura da Defensoria é nitidamente menor que a de outros órgãos do sistema de justiça, como o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, o que é incompatível com a expressiva demanda da população. Isto é reflexo da capacidade orçamentária: **a Defensoria recebe o menor orçamento anual dentre as instituições que compõem o sistema de justiça paranaense**. Para o ano de 2021, por exemplo, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná goza de um orçamento de 2,2 bilhões, 30 vezes maior que o da Defensoria, de 72 milhões, enquanto o Ministério Público recebeu dotação de 992 milhões no período.

A limitação e a disparidade de estrutura e recursos têm **impactos diretos para a sociedade**. Apesar desse contexto, a Defensoria Pública, onde instalada, tem feito importante diferença na vida de muitas pessoas que não teriam acesso à justiça de outra forma. **Divórcios, pedidos de alimentos e guarda, a proteção das crianças e adolescentes, a disponibilização de tratamentos de saúde e de medicamentos, defesas em processos criminais, defesas em reintegrações de posse, a discussão de dívidas e contratos, indenizações, além da ampla atuação coletiva para garantia dos direitos das mulheres, do direito à moradia, direitos das pessoas encarceradas**, entre tantos outros, dependem de uma Defensoria forte, presente e aparelhada.

Nesse sentido, diversos atores da sociedade civil vem construindo a Campanha “Mais Defensoria, mais direitos” como forma de pautar o Estado do Paraná para conferir **maior atenção e investimentos à Defensoria Pública**, permitindo assim sua expansão para chegar em todas as partes onde ela é tão necessária. Isso envolve também o **fortalecimento da transparência e participação popular nas decisões da Defensoria Pública** sobre seu planejamento e sobre as prioridades de atendimento e de expansão. No marco dos seus primeiros 10 anos, é com mais direitos e cidadania que se poderá superar a presente crise que atravessamos.

Mais Defensoria é mais direitos!

Aliança Nacional LGBTI+

Associação das Defensoras Públicas e Defensores Públicos do Paraná (ADEPAR)

Associação de Moradores do Jardim Franciscato

Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos LGBTI+ (ANAJUDH LGBTI)

Centro Acadêmico Horácio Raccanello Filho

Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS - Direito UFPR)  
Centro de Estudos da Constituição (CCONS/UFPR)  
Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo (Cefuria)  
Conselho da Comunidade de Apucarana  
Conselho da Comunidade da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba  
Conselho da Comunidade de Execuções Penais da Comarca de Maringá  
Conselho Regional de Psicologia (CRP-PR)  
Conselho Regional de Serviço Social do Paraná (CRESS/PR)  
Desencarcera PR  
Frente Movimento  
Grupo Dignidade  
Instituto Democracia Popular  
Liga Brasileira de Lésbicas  
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)  
Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (MMC PR)  
Movimento de Mulheres Quilombolas do Paraná  
Movimento de Trabalhadoras/es por Direitos (MTD)  
Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra (MST)  
Núcleo de Direitos Humanos PUC-PR  
Rede Justiça pelos Direitos Humanos no Paraná (RejuDH-PR)  
Rede Mulheres Negras-PR  
Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP-PR)  
Terra de Direitos  
União de Moradores e Trabalhadores de Curitiba e Região